



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 12, art. 6, p. 117-134, dez. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.12.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



A Teoria das Representações Sociais e os Modos de (R)Existir: Vozes da Extrema Pobreza

The Theory of Social Representations and the Modes of (R)Exist: Voices of Extreme Poverty

Bruna Clézia Madeira Neri

Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora do Centro Universitário INTA - UNINTA

E-mail: brunaclezia@gmail.com

Cássio Adriano Braz Aquino

Pós-Doutor em Psicologia pela Universidade Complutense de Madrid

Professor da Universidade Federal do Ceará

E-mail: brazaquino@ufc.br

Pedrinho Arcides Guareschi

Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul

Pós-Doutor em Psicologia pela Universidad de La Habana, Cuba

E-mail: guareschi1940@gmail.com

Endereço: Bruna Clézia Madeira Neri

R. Antônio Rodrigues Magalhães, 359 - Dom Expedito,
Sobral - CE, 62050-100, Sobral-CE, Brasil.

Endereço: Cássio Adriano Braz Aquino

Av. da Universidade, 2762 - Benfica, Fortaleza - CE,
60020-180, Brasil.

Endereço: Pedrinho Arcides Guareschi

Av. Independência, 2293 - Universitário, Santa Cruz do
Sul - RS, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 03/11/2025. Última versão
recebida em 10/11/2025. Aprovado em 11/11/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este trabalho propôs realizar um estudo sobre as representações sociais de sujeitos categorizados pelo governo como extremamente pobres, enfatizando o que estes nos apresentaram acerca de suas vivências enquanto empobrecidos. A pesquisa qualitativa caminhou no sentido de investigar o que os interlocutores entendiam por pobreza, ser/estar pobre, bem como compreender quais tipos de dificuldades estes sujeitos enfrentam em seu cotidiano. Através de entrevistas semiestruturadas, capturamos fragmentos de narrativas de vida dos interlocutores e, com aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais, bem como de autores que discutem a problematização do conceito de pobreza, construímos uma análise das falas e elencamos quatro dimensões de sentido estruturadas a partir do que os entrevistados apontaram em suas falas ao relatarem as durezas de seus cotidianos.

Palavras-chave: Extrema Pobreza. Representações Sociais. Entrevistas Narrativas.

ABSTRACT

This paper proposes conducting a study on the social representations of subjects categorized by the government as extremely poor by emphasizing what they showed us about their experiences while impoverished. Qualitative research walked to investigate what the parties meant by poverty, being / to be poor and to understand what types of difficulties these individuals face in their daily lives. Through semi-structured interviews, captured fragments of life narratives of the speakers and, with theoretical and methodological support of the Theory of Social Representations as well as authors who discuss the questioning of the concept of poverty, build an analysis of the speeches and listing four dimensions of meaning structured from the interviewees mentioned in their speech when reporting the hardships of their daily lives.

Keywords: Extreme Poverty. Social Representations. Interviews Narratives.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi a principal ferramenta teórica escolhida para nortear esta pesquisa. Tentaremos elucidar aqui sua origem, principais pressupostos e possibilidades de aplicação. Construiremos, a partir deste percurso teórico, uma análise detalhada acerca de algumas falas dos informantes da pesquisa. Apresentaremos algumas das entrevistas a partir de fragmentos da narrativa, e consideraremos os mais significativos ou paradigmáticos para a discussão. A narrativa, como a entendemos, atravessa a necessidade humana incessante de *contar* como uma forma primária da comunicação entre os homens. O ato de contar histórias provoca estados intencionais que aliviam ou tornam familiar o rol de acontecimentos e sentimentos confrontados diariamente em nossas vivências ordinárias. Narrar é estar sempre se voltando para uma experiência pessoal através de um detalhamento da mesma com enfoques variados nos acontecimentos e ações (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2012).

Utilizamos como técnica a entrevista semiestruturada e todos os informantes tiveram seus verdadeiros nomes preservados por pseudônimos. As falas permaneceram em sua forma original para apresentar mais verdadeiramente possível a própria voz dos informantes. As entrevistas aconteceram num CRAS da cidade de Sobral-CE, que abrange um território de altos índices de violência e pobreza.

Considerações históricas sobre o surgimento da TRS

Elaborada em meados da década de 50, a Teoria das Representações Sociais constitui hoje uma importante vertente teórica dentro da Psicologia Social e de muitos outros campos fora dela. Apoiado na Teoria da Linguagem de Saussure, na Teoria das Representações Infantis de Piaget e na Teoria do Desenvolvimento de Vigotsky (OLIVEIRA; WERBA, 2011) Moscovici refunda o conceito de Representações Coletivas durkheimiano e faz nascer no seio da Psicologia Social, ainda em processo de territorialização, um novo nicho teórico-epistemológico.

As Representações Sociais ainda são um conceito bastante mal-entendido, no campo da Psicologia, e um dos calcanhares de Aquiles se situa na compreensão errada de que elas podem ser individuais ou coletivas. Assumimos aqui as posturas adotadas por Guareschi (2007, p.31), que nos mostra ser “impossível conhecer sem representações, e que essas representações, ao implicar dimensões simbólicas e sociais, se tornam, a um só tempo,

fenômenos subjetivos, intersubjetivos e objetivos”. Também apontamos Jovchelovitch (2011, p.87), que define a TRS como:

[...] um conjunto de conceitos articulados que explicam como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social. [...] um fenômeno que se refere a um conjunto de regularidades empíricas compreendendo as ideias, os valores e as práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos, bem como sobre processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem.

O primeiro passo para a compreensão profunda do que significa uma representação social é considerá-la como um fenômeno e não como um conceito, o segundo passo consiste em teorizar esse fenômeno (DUVEEN, 2011). Quando decidimos realizar “um estudo em representações sociais”, o que pretendemos com isso é, na verdade, pesquisar um *fenômeno* de representação social. Eles são o que nos chama a atenção, seja pela sua relevância social, interesse acadêmico, presença atual nos debates políticos ou midiáticos, e assim por diante. Os fenômenos estão “espalhados por aí” (SÁ, 1998), na cultura, nas instituições, nas práticas sociais e nos pensamentos individuais, eles são em sua natureza difusos, imprecisos, polivalentes, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social.

O que Moscovici sugere é uma nova visão. Os processos representacionais não podem mais ser entendidos fora de seus contextos históricos e psicossociais, pois são essas dimensões que os tornam possíveis, ou seja, “é preciso considerar a ontogênese da forma representacional e sua função simbólica” (JOVCHELOVITCH, 2011, p.57). Com base no exposto, apontamos que o poder da função simbólica da representação se apoia em sua habilidade de se sobrepor às restrições do objeto-mundo insistentemente enfatizadas pela tradição cartesiana e, assim, mostrar um novo modelo, relativamente livre, ao expressar intenções, sonhos e aspirações das subjetividades dos sujeitos que põem as representações em movimento. Tal poder mobilizador representará um diferencial nos usos e funções da TRS e constituirá um poderoso instrumental de análise para que possamos circunscrever as nuances interpretativas do que será trazido pelos interlocutores da pesquisa.

Usos e funções da TRS: um novo esforço interpretativo

As representações circulam em nossos discursos, se cristalizam em condutas e constituem fenômenos do nosso cotidiano, pelos quais podemos, através da pesquisa teórica, descobrir diversos elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, valores, crenças, atitudes, opiniões, etc., que sustentam inumeráveis práticas e posturas dentro da

sociedade. Representar um objeto social é construir formas de pensar e explicar esse objeto. Construir uma representação social de um objeto é compartilhar modelos de pensamento e de explicações existentes na sociedade, que são reconstruídos pelos sujeitos ao longo do seu processo de socialização (SANTOS,1996).

Quando trazemos estes olhares para nossa pesquisa, entendemos a extrema pobreza, como o fenômeno que queremos investigar. Partimos do pressuposto de Jodelet (2001) e acreditamos que a representação social é sempre a representação de um objeto, o fenômeno da extrema pobreza, e de alguém, os atores sociais que compuseram o cenário de nossa investigação, vivenciando modos de coexistir e resistir nessa situação tão adversa. Os modos de simbolizar e interpretar a pobreza através de histórias, estratégias e vivências foi nosso grande foco. Vemos os saberes desses sujeitos como uma rica fonte de conhecimento e aprendizado na caminhada daqueles que se incomodam com questões sociais desta natureza. Os saberes compartilhados têm uma potência enorme que não se furta de transformar comportamentos, opiniões e olhares através das gerações. O termo “saber social” pode se referir a qualquer forma de conhecimento, mas a teoria está especialmente interessada no fenômeno das representações sociais, que compreende os saberes produzidos na, e pela, vida cotidiana.

Para Moscovich (1961/2011), as representações sociais têm duas funções básicas: 1) A *convencionalização* de objetos ou acontecimentos. Nesse aspecto da natureza das representações, podemos dizer que elas conseguem dar uma forma definitiva a estes objetos, localizando-os em categorias determinadas e gradualmente colocando-os como modelos partilhados por grupos e pessoas. Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê, ajudando-nos a resolver problemas de interpretação de mensagens. 2) A *prescrição*. As representações são prescritivas, ou seja, elas impõem uma força sobre nós, que é a combinação de uma estrutura já presente antes mesmo que comecemos a pensar, bem como uma tradição, que decreta o que deve ser pensado. Nós recriamos e recontamos representação, mas há algo poderoso que as cria.

Elas são impostas sobre nós, produto de uma sequência de mudanças que ocorrem no decurso do tempo ao longo de sucessivas gerações. Para nós, toda representação remete a alguma coisa e a alguém que participa ativamente do processo de construção. De acordo com Arruda (2014, p.154), “Isto se traduz para a metodologia. O ‘alguém que constrói’ baseia sua construção num território simbólico que lhe dá o chão para sua leitura do mundo, reafirmando a dimensão contextual já mencionada”.

No primeiro processo de formação de representações, a Ancoragem, tratamos do reconhecimento de objetos não familiares a nossos olhos a partir de categorias previamente conhecidas. Aqui, algo estranho e perturbador, que nos intriga, é transformado em nosso sistema particular de categorias, que o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada (MOSCOVICI, 1961/2011). De fato, através da classificação daquilo que é inclassificável, ao darmos um nome para o que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo e representá-lo. Para Moscovici, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. Nós classificamos algo quando o confinamos a um determinado conjunto de comportamentos e regras que convencionalizam o que é ou não é permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe; categorizamos algo quando escolhemos um dos paradigmas estocados na memória e estabelecemos com ele uma relação positiva ou negativa. Através desse procedimento, conseguimos superar a resistência com o não familiar em direção à conciliação de um objeto ou pessoa.

Outro procedimento de familiarização é a Objetivação. Nesta, os conceitos abstratos são materializados em realidades concretas. Ela significa “[...] descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem.” (MOSCOVICI, 1961/2011, pp. 71-72). Entretanto, nem todas as palavras se reproduzem através de imagens, ou podem ser ligadas a estas, seja pela insuficiência de imagens existentes, seja pelos tabus construídos em torno delas. Assim, aquelas imagens que foram selecionadas pela sua capacidade de serem representadas são integradas ao que Moscovici chama de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduz um complexo de ideias.

Nossas representações tornam algo não familiar em algo familiar, e isso, para Moscovici, é apenas outra maneira de dizer que elas dependem da memória. A Ancoragem e a Objetivação são formas de lidar com a memória, colocando-a em movimento, dirigindo-a para dentro, inserindo e retirando pessoas, objetos, acontecimentos, que são classificados por tipos, rotulados com nomes, ou então sendo direcionada para fora, extraíndo do mundo conceitos e imagens para uni-los e reproduzi-los no universo exterior.

Dimensões de Sentido sobre as Representações Sociais da Extrema Pobreza

Aqui buscamos entender como as narrativas trazidas através das entrevistas constroem representações sociais sobre a Extrema Pobreza. Nossa preocupação consistiu em demonstrar de que maneira os relatos estabelecem um campo representacional que reforça alguns sentidos

e ao mesmo tempo erradica outros. Não se trata de admitirmos a fala dos entrevistados como a representação social em si que eles possuem acerca de determinado conjunto de saberes sobre a pobreza, mas sim de, através dos discursos, preparar um terreno para construir interpretações sobre estes saberes. Aquém de julgamentos, vemos neste espaço uma oportunidade de entender a imbricada rede de relações que permeiam o universo dos empobrecidos, explicada por eles mesmos.

1) A negação da pobreza e a personificação do diabo

A primeira dimensão de sentido é, sem dúvida, a mais forte e frequente de todas: a religião travestida de modelo explicativo e regulador de condutas. Todos os entrevistados exerceram enorme ou cabal confiança em Deus, e uma frase repetiu-se em vários momentos nos relatos dos interlocutores ao serem questionados sobre considerarem-se ou não pessoas pobres:

Eu não espero ser assim muito pobre não, porque pobre é a família do satanás né, do cão. Todos nós que somos filhos de Deus somos ricos, né? (Jéssica)
Pobre é o cão! Nós somos ricos das graças de Deus, né não? Vai dizer que a gente é pobre? Somos é rico das graças. Pobre é o cão! (Ana)
Eu não me considero pobre, sou rica das graças de Deus (Francisca)
Pobre, pobre não sou não, porque pobre é o cão, né? Mas assim, eu me sinto assim que as vezes eu não tenho nada. (Sílvia)
Pra mim, acho que pobre é o cão, Deus me perdoe. (Carmem)
Pobre, pobre, pobre...tem aquele ditado, né? Pobre é o diabo, né? (Diana)
Pobre, pobre é o diabo, mas tamo na precisão (Amanda)

Tal postura remete à negação da pobreza, que foi elemento constante nas narrativas. Muitos dos entrevistados negaram impetuosamente a situação de pobreza, objetivando a figura do pobre na imagem do diabo/demônio/cão, e contrastando essa referência simbólica com a existência de uma riqueza imaterial divina, as “graças” de Deus. Outros simplesmente a negaram afirmando que há um “outro mais pobre”, por isso não se consideram pobres:

Eu não me considero pobre porque tem gente que tá mais ruim que eu. A gente tá com saúde, e tem aquele ditado né, a gente estando com saúde tem tudo (Tereza)
Eu não me considero assim, pobre né, eu me considero uma pessoa humilde (Flávia)
Não considero assim, de a gente ser pobre não, porque tem gente mais pobre do que a gente, não tem onde morar (Diana)
Sou rica das graças de Deus, não vou dizer que quero ser rica, mas sou rica das graças de Deus.
Eu não me considero assim pobre, né, eu me considero uma pessoa humilde (Francisca)

Outra forma de negar a pobreza, como a pesquisa nos apontou, mostra que os sujeitos, quando questionados, mesmo considerando-se pobres, não se viam extremamente pobres, como o governo os categoriza, apesar de, indiretamente, descreverem a própria situação como de miséria absoluta. Tal termo não foi mencionado nas perguntas elaboradas, justamente por

tentarmos comprovar a hipótese de que as designações concebidas pelas políticas públicas acerca desses sujeitos não são familiares a estes, a ponto de, em momento algum, acontecer qualquer tipo de referência explícita usando a palavra “extrema pobreza”.

O que pudemos perceber acerca deste tópico foi uma tentativa dos entrevistados de amenizarem a descrição da própria situação, pois se consideravam pobres e ao mesmo tempo justificavam que essa pobreza não era o pior tipo de pobreza, visto que existem pessoas vivendo em uma situação ainda mais agravante. Negar a pobreza, ainda que a assumindo por outras vertentes, autoperceptíveis ou não, é, como categoricamente afirma Demo (2001), ver-se pobre mas não se saber pobre. A pobreza política, característica das falas, nos mostra sujeitos que padecem de uma falta não só material, mas também política, que não apresentam nos discursos uma consciência crítica capaz de desconstruir a situação de pobreza ou ver-se como sujeito de direitos. Há nas falas uma dinâmica na qual se busca a toda hora exorcizar o fantasma da miséria, pois existe um temor entre essas pessoas de decaírem para o último degrau na escada do fracasso. Uma pessoa rica das graças divinas sempre conhece alguém pior do que ela, e assim agradece a Deus por seu lugar no mundo, mesmo que seja num plano imaterial. Essa negação também diz de uma naturalização de relações sociais opressoras que são contingentes e socialmente constituídas. Percebemos um *habitus* – aqui entendido como um esquema de condutas e comportamentos que passam a gerar práticas individuais e coletivas. Associamos esta noção de *habitus* ao cerne das representações sociais, que também nos dão o mote para compreender como saberes sociais nascem, se proliferam e se enraízam no seio de uma sociedade. Vemos a negação da pobreza como um *habitus* precário: “O *habitus*, esse ‘princípio não escolhido de todas as escolhas’, tende a conferir um peso maior às experiências mais antigas estimulando, desse modo, sua própria constância.” (SOUZA, 2012, p.47).

É também nesse contexto que Souza (2012), amparado nas leituras de Pierre Bourdieu, se refere às inúmeras estratégias que são elaboradas para evirar contato com quaisquer conteúdos que ameacem risco a esse princípio. Vemos a assunção da pobreza como o pior dos conteúdos, pois cinde a noção já consolidada de que o pobre não se pode enxergar ou se assumir dessa forma, pois estaria, assim, renunciando ao mísero valor social que acredita ainda possuir.

2) A pobreza é assumida como uma situação de vergonha e desprezo

Aqueles que se consideravam pobres descreviam a própria situação como uma sina e partilhavam sentimentos oriundos dessa condição, como a vergonha (por não ter boas roupas, móveis dentro de casa, comida na mesa), humilhação por parte de vizinhos e desprezo de desconhecidos quando era necessário pedir ajuda ou alimentos na rua.

Eu não me considero pobre. Vou te dizer uma coisa, sabe o que eu me considero? Uma pessoa muito desprezada, uma pessoa que não existe no mundo. Não vou mentir, é assim que me considero (Laura)
A gente se sente abandonado porque a gente é desse jeito, o povo pensa que a gente é mendigo (Jéssica)

Assim, modo de comida, ninguém fica sem comida não, mas assim uma roupa, um calçado assim, nunca tem, só as merma, assim domingo pessoa não tem uma roupinha boa, me sinto meio assim no meio do povo...não vou pra nenhum canto, as vezes eu fico com vergonha, assim o pessoal da rua as vezes anda arrumado, vê os filho arrumado, mas eu não saio pra nenhum canto não, eu fico só em casa, eu tenho vergonha de ir pra uma missa, não to adequada com a roupa. (Edna)

Tem dias que não tem nem açúcar pra adoçar um mingau [...] eu num vou também pegar meus filhos e andar no meio da rua pedindo, eu sei lá, fico morrendo de vergonha. [...] eu tenho vergonha, sou mais antes se humilhar aos vizinhos ou por aí, porque eu não vou andar com meus filhos no meio da rua pedindo (Antônia)

Eu tinha vergonha porque só tinha uma rede dentro de casa, tinha vergonha de ‘ah, vamos fazer o trabalho da escola na tua casa?’ e eu ficava com vergonha (Diana) .

Zavaleta (2007) ao investigar práticas discriminatórias com sujeitos pobres afirma que pessoas envergonhadas pela condição na qual estão passam a não ter coragem de estar em determinados espaços públicos. O indivíduo sente sua autoestima devastada a partir de avaliações pessoais negativas. Tal sensação inferioriza e desempodera. Laura, a primeira entrevistada da pesquisa, nos contou que pediu esmolas nas ruas por seis anos e era com o que arrecadava de porta em porta que conseguia alimentar os filhos. Parou com essa prática porque eles cresceram e começaram a sentir vergonha de acompanhá-la. Atualmente, com o seu benefício do Bolsa Família suspenso e vendo todos em casa passarem fome, resolveu voltar às ruas, oferecendo nas casas sua força de trabalho, mas se sentiu muito humilhada e desprezada por perceber no olhar das pessoas medo da sua presença.

Ontem eu andei tanto nas Pedrinhas atrás de emprego, eu cheguei numa casa, bati palma e a mulher entrou pra dentro e fechou os portão, “sim minha filha, o que é que você quer?” “não dona, estou atrás de emprego, senhora”. Eu andando com um menino, “não tô atrás de roubar não, senhora!”, Eu de saia, com uma criança! Ai ela fechou os portão “não, aqui não tem ninguém não, não precisamos de ninguém pra trabalhar não”. Vendo eu falar, outra vizinha “vem cá minha filha, eu vou falar com você, ai não tem nada não, aqui o pessoal tá todo empregado”, ai ela deu uma banana e uma laranja pro meu filho e eu disse “ave maria, o pessoal desconfia da gente mesmo, eu andando com uma criança, sou até evangélica minha filha, só tô atrás de um emprego, ai a outra entendeu e disse “Deus tá vendo, entregue seus problema tudim a Deus”. (Laura).

Ela traz em seu discurso o elemento da invisibilidade apontado por Souza (2009). Essa invisibilidade não se caracteriza por um “não perceber”. Ela é, antes, um “olhar através” no qual o outro é percebido fisicamente, sua presença existe, entretanto é ignorada por completo,

e assim decreta-se sua não relevância social. Por conta deste posicionamento, o desqualificado, o sujeito indigno de qualquer resquício de atenção só se torna visível se de algum modo incomodar, causar medo. Essas pessoas carregam consigo o status de potencialmente perigosas e são imprevisíveis, como Laura, que ousou bater na porta de uma casa de família rica oferecendo o próprio corpo como ferramenta de trabalho.

3) A pobreza é definida a partir da referência de ter ou não uma casa própria

Para os interlocutores, mais do que não ter recursos para se manterem, uma situação de pobreza caracteriza-se por não ter onde morar, ou ter onde morar, porém pagar aluguel. O sonho da casa própria, que agora é visivelmente mais fácil de ser conquistado do que há alguns anos, dada a facilidade de cadastro em projetos de concessão de casas populares, tornou a vida dessas pessoas mais digna, pois, segundo elas, a garantia de um teto é o que os torna diferentes dos “outros” pobres.

Pobreza é você ter que pagar aluguel, água, luz e não ter o que comer dentro de casa. [...] é não ter onde ficar debaixo, morar com os outro, pagar aluguel (Tereza)

É a pessoa não ter o que comer, uma moradia, um recurso, que vive pedindo (Diana)

Pobreza é a pessoa viver na rua, mendigando por aí, pra uma pessoa que tem um teto pra morar tem que levantar as mãos pro céu e agradecer (Antônio)

Pobreza é não ter casa pra morar nem o que comer todo dia (Flávia)

Ouvimos muitas histórias sobre as dificuldades de conseguir uma casa própria, o que demonstra o quanto essa conquista é valorizada na vida desses sujeitos. Um dos relatos mais tocantes foi o de Marta. Sua casa é própria e foi comprada com a ajuda do ex-marido, há alguns anos. A casa era muito simples, de taipa e um dia o teto da cozinha/quarto caiu. Ela foi então até a prefeitura pedir ajuda, pois não tinha como pagar o conserto e levantar praticamente metade da residência por conta própria. Já separada do marido, sozinha, com filhos pequenos para cuidar e sem condições de pagar aluguel enquanto a prefeitura dava alguma resposta sobre sua situação, Marta dormia com todas as crianças na sala, único cômodo que ainda estava de pé. Com a ajuda de vizinhos e familiares, Marta conseguiu uma casa para ficar temporariamente enquanto a sua era reerguida por funcionários da prefeitura.

Ficamo tudo aqui na sala, vendo a hora tudo cair, a parte aqui da frente, as vizinhas me deram um colchão, botei pros meninos dormirem, mas eu passava a noite acordada com medo do resto cair em cima de mim e dos menino...não gosto nem de lembrar...(choro). Passava a noite acordada pastorando meus filho, Tem coisa que marca né, a vida da gente.(Marta)

A história de Laura não é menos sofrida, ela nos contou que antes de ganhar a casa onde hoje mora – uma casa geminada dentro de um conjunto habitacional construído através

de um programa do governo Minha Casa, Minha Vida – ela morava em um bairro próximo à sua atual residência, cujas condições eram ermas.

Essa casa aqui eu ganhei, mas se você visse onde eu morava, eu morava no Pantanal, eu era ajudada pelo povo, era muito difícil, a minha casa era só a frente, o resto era só os pau enfiado [...] Meus filho dormia tudo um em cima do outro, não tinha piso, era no barro, no chão. Mas graças a Deus assim mesmo sou feliz porque Deus me deu essa casa. Consegui com muita luta, passei seis anos pra ganhar essa casa. Eu morava aqui nos sem-terra, aí todos os ano a água me botava pra fora com as criança, a água batia na cintura.[...] fiquei mais de seis anos na casa antiga, fui até mordida por escorpião, não tinha espaço pra gente. Quando ganhei essa casa nova chorei tanto, não dormia olhando pras telha todo tempo, será que é um sonho? Passei dois dias sem dormir chorando de felicidade, até hoje agradeço a Deus. (Laura)

Também citamos o exemplo de Diana, que antes de conseguir sua casa própria através do Minha Casa, Minha Vida, passou por momentos de muita dificuldade e humilhação. Quando casou, já grávida, não tinha onde morar. Sua mãe comprou para si um terreno de cinco metros quadrados e o dividiu ao quase meio, dando uma das metades para Diana. Ela nos relatou que o local era deserto e não havia o mínimo de infraestrutura.

Era só um cômodo, não tinha água, não tinha luz, aí eu pegava água com o vizinho, pedia toda noite quando ele chegava do trabalho, uns dois ou três baldezinhos d'água, aí pegava e guardava, todo dia. Aí, quando chovia, chovia dentro de casa, quando chovia minava água do chão, o chão não era bom, era só aquela gororoba véa de cimento (Diana)

Alguns anos depois, por coincidência, o local onde Diana morava foi escolhido pela prefeitura para se tornar um novo conjunto habitacional naquele bairro e sua casa ia ser desapropriada. A prefeitura deu duas opções para nossa informante: ou ela aceitava a indenização de mil reais pela casa, que consistia no total, em um terreno de 2,80 metros quadrados ou então ela cederia o terreno para a prefeitura e, em troca, quando tudo estivesse pronto, ganharia uma casa nova no conjunto. Por achar o valor da indenização irrisório para ajudá-la na compra de uma nova casa, aceitou a segunda alternativa e cedeu seu terreno para a construção do conjunto. Entretanto, enfrentou com essa decisão uma grave consequência: teria que voltar a morar com a mãe, pois não tinha condições de pagar aluguel enquanto o conjunto habitacional era construído e a prefeitura se desresponsabilizou de ajudá-la nessa questão. Diana ficou desempregada. Arrumou um bico vendendo cartelas da loteria que sorteavam prêmios. Trabalhava o dia inteiro e chegava já de madrugada com apenas sete reais no bolso. Um dia, conheceu um homem que também trabalhava para a casa lotérica e aceitou a proposta que ele lhe fez:

Ai esse meu atual marido trabalhava e conheci ele, ele chegou pra mim disse assim, ele era de Recife e chegou aqui em Sobral, aí ele ‘como é teu nome?’ aí eu comecei a conversar com ele, aí ele ‘você é solteira?’ e eu disse ‘sou’, aí a gente começou a conversar e nesse tempo eu tinha dezenove anos e ele

tinha cinquenta anos, e ele ‘você quer viver com um homem?’ ai naquele aperreio que eu tava, naquele sofrimento e tudo, ai eu quis, porque eu não aguentava mais viver com fome, e nos aperreio que eu tava passando (choro). Tá com cinco anos e nove meses que vivo com ele, a gente quando trabalhava pegava três horas da tarde até duas, três horas da manhã, pra dar contar de tudo (choro). Ganhava pouco demais. A gente passava muita fome, muita. (choro inaudível). (Diana)

Ao final de quase três anos de espera, finalmente conseguiu sua casa própria, o conjunto habitacional ficou pronto e hoje, mesmo com muitas dificuldades, não passa mais nenhum tipo de humilhação e não tem vergonha de mostrar a própria casa, que tem o mínimo de mobília, diferente da época quando morava com a mãe, pois ao entrar em casa, só via uma rede e caixas com trapos de roupa.

4) O ritual do imprevisível: A pobreza é definida como não ter o que comer

Fome, de acordo com o dicionário Aurélio, significa um grande apetite de comer, uma urgência de alimento. Todo ser vivo sente diariamente a inevitabilidade de se alimentar, ainda que não o possa ou não queira fazer isso. Definhamos se não obedecermos às leis do próprio corpo, quando este nos faz desejar um prato de comida. No caso dos nossos interlocutores, a voraz penúria os faz ter que aprender a conviver com esse desejo e reprimi-lo diariamente, ou pelo menos não saciá-lo como deveriam. Ainda que com algumas ressalvas, eles nos segredavam a sofreguidão da fome com uma apatia assustadora. Era tão comum quanto acordar todos os dias e saber que o sol estava no céu.

Vemos o caso de Antônio: com seis filhos, mora sozinho com três deles, está grávida de outro e sua mãe cuida de mais dois. Segundo os relatos das assistentes sociais, Antônio passa por muitas necessidades e é quase diariamente amparado pelo CRAS para fazer refeições junto com os filhos. Ela nos conta que é corriqueiro não ter sequer açúcar para adoçar um mingau. Asmática e grávida, Antônio não tem condições de trabalhar e recebe 182 reais pelo Bolsa Família, e é com esse valor que tenta sustentar a si e aos filhos, além de pagar as contas.

O que falta alimentação, coisa boa pra dentro de casa, acho que é isso, que pobreza é ter pouco dentro de casa, é faltar alimentação, fruta pras criança, leite, essas coisas, né? Saber que tudo isso às vezes tem, às vezes não tem. O que me causa mais sofrimento é ver meus filho não ter, assim, pra dar alimentação a eles, me dói porque as vezes eles pedem as coisas ai pede leite, mingau, pede de comer, pede fruta e eu não tenho, as vezes eles veem os meninos lá embaixo (ela mora no andar de cima do conjunto habitacional) comendo alguma coisa, ai diz ‘mãe, compra aquilo ali’, ai eu digo ‘meu filho, eu não tenho dinheiro não’, ai fica puxando, ‘compra mãe, compra mãe’ e eu digo ‘tenho não’...” (Antônia)

Laura nos questiona: “Você pensa que nós almocemo hoje? Almocemo não! Às vezes o pessoal manda e a gente come. Ela aqui (a filha) almoça aqui atrás (vizinha), mas hoje nós nem almocemo. Onti nós não jantemo.” Encontrar meios para alimentar a si e a família é um ritual diário do imprevisível. A história de Ana também é carregada de dolorosas confissões.

Com o marido desempregado, sua única renda é o Bolsa Família, que não soube informar ao certo quanto vale. Mesmo não assumindo passar fome, ela descreve o quanto se alimenta pouco e mal:

A gente é pobre, mas a gente tem saúde. A gente não passa bem como um rico, né? Que toda hora tem o dinheiro pra comer do bom e do mió, mas uma coisinha a gente come, um ovo, um peixe, uma piaba, um real de salsicha ali, a gente come. Como estou lhe dizendo, não dá mesmo, mas o que a gente pode fazer? (Ana)

Houve entrevistados que afirmaram não passar fome, e sim outros tipos de dificuldade, e justamente por estarem distante dessa triste situação, consideravam-na um indicativo do que seria pobreza:

Acho que pobreza é assim, a pessoa não ter o que comer, isso pra mim é pobreza, graças a Deus tenho o que comer todo dia, mesmo que seja só o arroz ou o feijão, mas tem, graças a Deus. (Carmem)

Pobre é assim, quando não tem nada dentro de casa, não ter o que comer dentro de uma casa, né? (Lúcia)

Pobre é assim que não tem nada, não tem o que comer, não tem o que vestir, pra mim é assim, entendeu? (Francisca)

[...] é aquela pessoa que não tem nem um feijão pra botar no fogo, né? Amanhece o dia, olha pros quatro canto da casa, vê um filho chorando pedindo um pão e não tem pra dar (Joana)

[...] é não ter o que comer todo dia (Flávia)

Com um ar de vergonha e humilhação, nossos entrevistados que se consideraram pobres, a certa altura do discurso também se assumiram famintos, e mais do que ouvi-los lamentar a própria fome, vê-la estampada em suas casas também foi algo que nos comoveu muito.

Possibilidades de uma síntese interpretativa

Há um último tópico que queremos apresentar ao leitor, pois vemos neste apontamento uma fonte potencial para construção de novos sentidos. Amparamo-nos em Thompson (2011) para justificar nossa vontade de trazer à tona um viés interpretativo mais direto, profundo e pessoal acerca do que foi discutido até então. Para o autor:

Os métodos de análise discursiva procedem através da *análise*, eles quebram, dividem, desconstroem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva. [...] mas a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados. [...] por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (THOMPSON, 2011, p.375)

Pensando na possibilidade de interpretar uma interpretação, adentramos no que Thompson chama de reinterpretação, uma vez que até então o que fizemos e apresentamos ao

leitor foi uma “interpretação já pré-interpretada” pelos sujeitos que constituem o nosso campo sócio-histórico. Sem muitas complicações, vamos ao ponto nodal do tópico, a ousada tentativa de arriscar algumas considerações sobre o corolário deste trabalho.

A extrema pobreza que presenciamos à luz da Teoria das Representações Sociais nos propicia entrever os sobressaltos dos saberes sociais na raiz de sua constituição enquanto fenômeno e questão social. Nossos entrevistados eram contraditórios e borrados em seus discursos, e nada disso para nós soa como um acaso. Vemos nesse comportamento uma tendência desses sujeitos a não conseguir articular com clareza a própria condição de miséria pelo simples fato de que (r) existir em uma situação de pobreza extrema é uma realidade insuportável de ser assumida. Tão intragável que reconhecer a anulação de suas vidas enquanto ralé completamente estigmatizada, humilhada, invisibilizada e desprezada é deveras impensável. Sendo assim, é mais simples para essas pessoas ilusionar a existência de um alguém no fim da “fila de derrotas”, que não são elas. Não importa em que posição distante do início desta fila esses sujeitos estão, a certeza de que não ocupam o último lugar os alenta: Que no último lugar esteja o diabo, o vizinho, o morador de rua que passa fome ou o drogado da esquina, essa pessoa vai estar “pior que eu” para que a miséria pese menos sob seus corpos.

Há nesta forma de enxergar o próprio mundo uma recusa à realidade, uma genuína fuga da dor de quem quer ser reconhecido como gente, mas para conseguir se afirmar “gente” precisa contar com a (im) possibilidade de alcançar a própria dignidade, seja na tentativa de consumir bens, conquistar um emprego, ter um teto ou um prato de comida. Apresentando uma consciência enevoadada desta triste sina, nossos entrevistados se descrevem extremamente pobres sem perceberem que o fazem, porém categoricamente se negam pobres por entenderem que revelar isso a um estranho é assinar o próprio certificado de morte social. Ora, essas pessoas já não existem para o mundo e quando raramente são percebidas por alguém, acabam recebendo um tratamento taxativo que as joga no rol da delinquência ou da escória. Expor ao outro aquilo que eles negam até para si é de fato uma atitude muito perigosa e que deve ser evitada.

Os empobrecidos que assumem suas vidas miseráveis, bem como os que negam esta condição, compartilham de um mesmo estigma. Ambos são carentes dos modos de agir, de pensar, de falar e de se comportar daqueles vistos como socialmente dignos, ainda que uma parte não sinta nenhum tipo de pertença como estigma, negando-o veementemente, e que outra parte, mesmo assumindo a condição de pobreza, não consiga dar-se conta de que os fatores que a levam àquela situação não correspondem a uma questão de materialidades, mas está diretamente relacionado a uma percepção política de conflitos de classes. A forma como

a pobreza é traduzida por essas pessoas nos remete a um expressivo modelo de convencionalização e prescrição das representações sociais que esses sujeitos constroem. Negar a pobreza é algo que se reproduz com muita força no universo dos empobrecidos. É ensinado desde cedo para essas pessoas que denominar-se pobre é uma atitude abominável, justamente porque a assunção da pobreza desvela a posição de derrota completa que os empobrecidos preferem não enxergar, para que o torpor da ilusão de uma vida com perspectivas e graças divinas prevaleça, ainda que a fome persevere junto. Contudo, é em meio às ambiguidades que encontramos esclarecimentos. Quando se dizem pobres, ainda que “não muito pobres”, pois o último lugar da fila já está preenchido, nossos entrevistados tentam encontrar compensações para contrabalancear a aflitiva existência de se verem miseráveis, mas não cogitam jamais decretar às próprias vidas a falência final. São pobres, porém têm saúde, apesar de muitos serem doentes crônicos, um resultado de anos excruciantes de trabalho desqualificado no qual o próprio corpo, hoje exaurido e comprometido diante dos esforços animalescos a que se submeteu, foi moeda de troca barata.

São pobres, entretanto não passam fome, ainda que comer nem de longe seja uma experiência diária de satisfação e fartura com a comida, pelo contrário, o pouco que às vezes se tem diante do muito que sempre falta é surpreendentemente parco: “um ovo, uma piaba, um real de salsicha”. Nenhum desses alimentos dá conta de suprir o mínimo das necessidades calóricas de um ser humano quando ingeridos sozinhos e em tão pouca quantidade. Não há fome, mesmo que o almoço e o jantar dependam exclusivamente dos vizinhos, do CRAS, ou de Deus, que a todos protege. A fome, mesmo real, física e dolorosa, é subjetivada pela naturalização do “comer” como um momento que sempre será de difícil acesso, não deixando saídas a não ser o conformismo de que a vida é assim.

Não são pobres, porque pobre é quem não tem um teto, um lugar para morar. A prova incontestável da “não-pobreza” é que são donos de um pedaço de chão. No entanto, para conseguir o direito a esse chão, tiveram que assumir a pobreza que tanto negam, precisaram atestar no papel o quanto são miseráveis e incapazes de, por conta própria, alcançarem o sonho de serem proprietários de uma casa para morar sem para isso precisar da ajuda do governo. A incapacidade é inata e encontra-se adormecida num modo de vida que nos remete a uma herança de classe e está inscrita não apenas no analfabetismo – tão comum e vergonhoso para essas pessoas – mas também na escassez de vocabulário, nos modos de pensar, de se expressar, de falar, na inexistência de qualificação mínima para qualquer tipo de função mais elaborada dentro do mundo do trabalho, enfim, de todas as disposições que algumas classes veem como naturais (como juntar duas sílabas e formar uma palavra, por

exemplo), mas que para estes sujeitos são completamente alheias e impraticáveis, uma vez que são incognoscíveis.

A que desfecho essas impressões nos levam? É bom recapitularmos as associações que propusemos desde o começo deste trabalho: compreender as redes de relacionamentos na dimensão de existência e resistência desses sujeitos, utilizando como ferramenta para esta orientação a Teoria das Representações Sociais. Cabe atentarmos para um aspecto que já foi exaustivamente pontuado sobre as representações, mas que continua válido e central na discussão: as representações são ideias disseminadas no universo social que atravessam constante apropriação e transformação pelos sujeitos que compõem este cenário. Muitas dessas ideias se alastram com uma força avassaladora nos discursos e nas vidas das pessoas, instaurando relações de poder, de pertencimento, de dominação, de opressão e de reconhecimento. Assentadas no terreno do mundo simbólico, os conjuntos de saberes sociais que formam unidades representacionais se ancoram nos processos de familiarização com tudo o que é estranho. Assim, quando sujeitos que vivenciam a extrema pobreza aprendem desde cedo a existir dentro dos bolsões de miséria, driblando pressupostos de autorreconhecimento, resignação, naturalização e resiliência diante dos modos de vida que foram submetidos a atravessar, podemos afirmar que neste processo incide uma construção de representações sociais cujas reverberações atingirão gerações inteiras.

Desde o aprender a acender um fogão à lenha por saber que o único modo de cozinhar para os filhos, netos e bisnetos será sempre este, até acreditar e defender piamente a negação da condição de miséria: no substrato dessas dimensões de sentido encontramos representações sociais sendo transmitidas, prescritas e convencionalizadas através de um processo constante de objetivação dos fenômenos adjacentes à pobreza e de ancoragem das novas vivências que esta travessia impõe sobre o destino de cada uma dessas almas, à deriva de si mesmas num mar de categorizações, estigmas e preconceitos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. (2014). Despertando do Pesadelo: A interpretação. In: SOUZA, Clarilza Prado de. *et al. Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados*. (p.117-160). Curitiba: Champagnat, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

DEMO, P (2001). **Pobreza política**. 6. Ed. Campinas, SP: Autores Associados.

DUVEEN, G. (2011). Introdução – O Poder das Ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. (pp. 7-28) Petrópolis: Vozes (Col. Psicologia Social).

GUARESCHI, P. A. (2007). Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho A. **Psicologia do cotidiano: representações sociais**. (pp. 17-40) Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social).

JODELET, D (Org). (2001). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. (2002). Entrevista narrativa In:BAUER, Martin W.; GASKELL, George et al.**Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**.(pp. 90 – 113.) Petrópolis, RJ: Vozes.

JOVCHELOVITCH, S. (2011). **Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social).

MOSCOVICI, S. (2011). **Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes (Col. Psicologia Social). (Original publicado em 1961).

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. (2012). Representações Sociais In: STREY, Marlene Neves *et al.* **Psicologia social contemporânea: Livro-texto**.(pp. 104-117.) Petrópolis, RJ: Vozes (Col. Psicologia Social).

SÁ, C. P. (1998). **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SANTOS, M. F. S (1996) A Velhice na Zona Rural: Representação Social e Identidade. In: SCHULZE-NASCIMENTO, Célia Maria (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. (pp. 59-84). Florianópolis: [s.n], Coletâneas da ANPPEP.

SOUZA, J. (2012). **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Col. Humanitas).

SOUZA, J. (2009). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Col. Humanitas).

THOPSON, J, B (2011). **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes.

ZAVALETA, D. R. (2007). The Ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators. **Working Paper 03 OPHI**. Oxford Poverty y Human Development Initiative. OPHI. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

B. C. M. NERI, C. A. B. AQUINO, P. A. GUARESCHI. A Teoria das Representações Sociais e os Modos de (R)Existir: Vozes da Extrema Pobreza. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 12, art. 6, p. 117-134, dez. 2025.

Contribuição dos Autores	B. C. M. Neri	C. A. B. Aquino	P. A. Guareschi
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X